



Diversidade:
Diferentes,

não

Desiguais

Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2019

Denise Pereira
(Organizadora)

Diversidade: Diferentes, não Desiguais

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Karine de Lima

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D618 Diversidade [recurso eletrônico] : diferentes, não desiguais /
Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Diversidade: Diferentes, Não Desiguais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-090-2

DOI 10.22533/at.ed.902190502

1. Ciências sociais. 2. Igualdade. 3. Psicologia social.
4. Tolerância. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em pleno século XXI deveria ser natural vivenciar a diversidade, pois aceitá-la não é apenas conseguir lidar com gêneros, cores ou orientações sexuais distintas, mas principalmente respeitar ideias, culturas e histórias de vida diferentes da sua.

A intolerância muitas vezes manifestada em virtude de uma generalização apressada ou imposta por uma sociedade, leva ao preconceito. E, esse preconceito leva as pessoas a fazerem juízo de valor sem conhecer ou dar oportunidade de relacionamento, privando-as de usufruir de um grande benefício: aprender e compartilhar ideias com pessoas diferentes.

A partir da discussão de conceitos de cor, raça, gênero, que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino, negro e branco, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse conceito tem na vida cotidiana e como os arranjos da diversidade podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Boa leitura

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(RE)CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES DE GÊNERO E DAS CORPORALIDADES EM A PELE QUE HABITO	
Vivian da Veiga Silva Ana Maria Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.9021905021	
CAPÍTULO 2	7
“LGBTTRABALHADORES”: OS FORA DA NORMA INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO	
Rafael Paulino Juliani Rosemeire Aparecida Scopinho	
DOI 10.22533/at.ed.9021905022	
CAPÍTULO 3	16
“BAIXOU A 1140 AQUI?” DIFERENÇAS E DISTINÇÕES NAS PRAIAS GAYS DE COPACABANA E IPANEMA	
Alexandre Gaspari	
DOI 10.22533/at.ed.9021905023	
CAPÍTULO 4	23
A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO FEMININO COMO OBJETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Ana Claudia Lopes Venga Larissa Valim de Oliveira Farias	
DOI 10.22533/at.ed.9021905024	
CAPÍTULO 5	36
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NO BRASIL	
Ana Carla Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9021905025	
CAPÍTULO 6	47
BRINCAR DE BONECA É COISA DE MENINO. E DE MENINA TAMBÉM!	
Lorena Marinho Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.9021905026	
CAPÍTULO 7	59
CIBORGUES E CIBERFEMINISMOS NO TECNOCAPITALISMO	
Cláudia Pereira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.9021905027	
CAPÍTULO 8	81
BRINCADEIRAS INFANTIS E MODERNIDADE: BRINQUEDOS TÊM GÊNERO?	
Alexandra Sudário Galvão Queiroz Maicon Salvino Nunes de Almeida Celia Nonato	
DOI 10.22533/at.ed.9021905028	

CAPÍTULO 9 88

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CLÍNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Lacilaura Bomtempo Lamounier Costa

Bruna Afonso Gibim

Rafael De Tilio

DOI 10.22533/at.ed.9021905029

CAPÍTULO 10 94

CONHECIMENTO DA ENFERMAGEM SOBRE PESSOAS TRANSEXUAIS: REVISÃO INTEGRATIVA

Carla Andreia Alves de Andrade

Alberto Magalhães Pires

Taiwana Batista Buarque Lira

Karla Romana Ferreira de Souza

Rianne Rodrigues de Lira

Wanderson Santos Farias

Josueida de Carvalho Sousa

Andréa Roges Loureiro

DOI 10.22533/at.ed.90219050210

CAPÍTULO 11 106

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DIRIGIDA À MULHER NEGRA NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR

Nayra Leal Feitosa

Felipe Silva Duarte

Joseane de Queiroz Vieira

DOI 10.22533/at.ed.90219050211

CAPÍTULO 12 114

CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO DA IDEOLOGIA DE SUBMISSÃO FEMININA: EM ESPECÍFICO OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Heloisia Silva Alves

DOI 10.22533/at.ed.90219050212

CAPÍTULO 13 121

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTQTTI

Deyvid Braga Ferreira

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

DOI 10.22533/at.ed.90219050213

CAPÍTULO 14 136

FACEBOOK E HOMOSSEXUALIDADE: ENUNCIADOS E PRECONCEITO NA REDE SOCIAL

Rodrigo Luiz Nery

DOI 10.22533/at.ed.90219050214

CAPÍTULO 15	151
FEMINISMO E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DOS ESTUDOS BRASILEIROS	
Dejeane de Oliveira Silva	
Mirian Santos Paiva	
Edméia de Almeida Cardoso Coelho	
Fernanda Matheus Estrela	
Raiane Moreira Coutinho da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.90219050215	
CAPÍTULO 16	162
GÊNERO, ESCOLA E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS: PROBLEMATIZANDO REPRESENTAÇÕES HEGEMÔNICAS	
Andrea Geraldí Sasso	
Fabiane Freire França	
DOI 10.22533/at.ed.90219050216	
CAPÍTULO 17	173
INTERFERÊNCIAS DA VISÃO ANDROCÊNTRICA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DAS SENTENÇAS SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO CONTRA MULHERES	
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros	
Wanessa Oliveira Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
José Humberto Silva Filho	
Marcus Vinicius de Almeida Lins Santos	
DOI 10.22533/at.ed.90219050217	
CAPÍTULO 18	186
MACHISMO INVISÍVEL E A CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Lycia Rinco Borges Procópio	
Jarbene de Oliveira Silva Valença	
DOI 10.22533/at.ed.90219050218	
CAPÍTULO 19	194
O FEMINISMO NO CORPO DA MULHER TRANS	
Diana Dayane Amaro de Oliveira Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.90219050219	
CAPÍTULO 20	201
O PROBLEMA DO PATRIARCADO E A MANUTENÇÃO DA CULTURA DO ESTUPRO	
Lissa Furtado Viana	
Emannuely Cabral de Figueiredo	
Otávio Evangelista Cruz	
Raíssa Feitosa Soares	
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho	
DOI 10.22533/at.ed.90219050220	
CAPÍTULO 21	210
PALAVRAS: ESCRITA FEMININA, LUSOFONIA, ÁFRICAS	
Izabel Cristina Oliveira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.90219050221	

CAPÍTULO 22 221

OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES PRETAS LÉSBICAS NO MERCADO DE TRABALHO EM SALVADOR

Juliana de Castro Braz
Tânia Moura Benevides

DOI 10.22533/at.ed.90219050222

CAPÍTULO 23 231

OS CABARÉS IPUENSES: O COMÉRCIO DO SEXO EM IPU (1960-1980)

Francisco de Souza Lima Filho
Dalvanira Elias Camelo

DOI 10.22533/at.ed.90219050223

SOBRE A ORGANIZADORA..... 237

DISCURSO, MÍDIA E INFORMAÇÃO: SENTIDO E SIGNIFICAÇÃO DOS MATERIAIS INSTRUCIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA NA COMUNIDADE LGBTTI

Deyvid Braga Ferreira

Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT/AL)
Maceió - AL

Lívy Ramos Sales Mendes de Barros

Faculdade de Tecnologia de Alagoas (FAT/AL)
Maceió – AL

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o discurso do material de cursos online para policiais, especificamente no que concerne a orientações e o conceito de “informação”, e as formas sobre abordagens as pessoas da comunidade LGBTTI. A metodologia utilizada para o desvelar tal problemática, foi a pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica. Nossa perspectiva teórica foi a da Análise do Discurso de vertente francesa, que trabalha a relação língua, ideologia e história. Nossa categoria de análise foi a Formação Ideológica (FI), presente no recorte do material didático que selecionamos. Os resultados desta pesquisa mostraram que o curso de capacitação apresenta conceitos dúbios e pouco claros, relegando muitas vezes ao policial o papel que o próprio Estado deveria adotar (protetivo, assistencialista...), mas omite-se.

PALAVRAS-CHAVES: Capacitação policial. Análise do Discurso. LGBTTI.

ABSTRACT: This article aims to analyze the material discourse of online courses for the police, specifically regarding guidelines and the concept of “information” and ways to approach people from the LGBTTI community. The methodology used to unveil this problem was the qualitative research, with a bibliographical review. Our theoretical perspective was that of Discourse Analysis of French language, which works on the relation of language, ideology and history. Our category of analysis was the Ideological Formation (FI), present in the cut of the didactic material that we selected. The results of this research showed that the training course presents unclear and unclear concepts, often relegating to the police the role that the State should adopt (protective, assistentialist ...), but is omitted.

KEYWORDS: Police training. Discourse of analysis. LGBTTI.

1 | INTRODUÇÃO

É cada vez mais assente em nossa sociedade, que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm propiciando uma mudança não só nos hábitos e estilos de vida das diferentes gerações de uma mesma família, pois não é incomum entre os casais,

por exemplo, se comunicarem através das redes sócias, mesmo a poucos centímetros uns dos outros. Todos, de uma forma ou outra, estão conectados, utilizando-se dos vários meios/ formas de comunicação para que possam interagir neste cenário de incertezas e liquidez, que atende pelo nome de “internet”; estando sujeita a constantes mutações e variações, onde qualquer pessoa de posse de um simples celular pode ter acesso à informação instantaneamente, no exato momento em que ela esta ocorrendo (Peters, 2009).

Segundo Bauman (2007), este cenário atual de “modernidade líquida” traz a tona um profissional que deve qualificar-se diuturnamente, independente de sua extenuante jornada de trabalho, pois vivemos em constantes transformações, onde a vida e a sociedade não conseguem manter sua forma ou seus padrões por muito tempo, precisando serem continuamente reinventados.

Isto se adequa perfeitamente em nosso país, pois o Brasil é um país de proporções continentais. Com polícias, policiais e doutrinas diferentes em cada parte de nosso território. Necessário, então, buscarmos uma forma, via TIC’s para não só propiciarmos educação mas, principalmente, para buscar adotar padrões comportamentais símiles.

Por isso a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), cria diversos cursos de qualificação profissional, onde os policia participantes poderão capacitar-se em qualquer “horário de folga” que lhe seja mais conveniente.

Nosso objeto de análise será o discurso presente no material do curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTI.

Conforme a apresentação do material (SENASP/MJ, 2009, pag. 02), fica claro que o agente de segurança, após o curso, deverá possuir conhecimentos que o capacitem para a prestação de um atendimento de qualidade ao grupo LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos) pois este grupo é extremamente suscetível de violação de seus direitos, sendo considerado “invisível”, por não ser percebido pela maioria da população.

Para podermos desvelar de que forma o “material oficial” do governo “capacita” os agentes de segurança por meio de seus discursos, buscaremos respaldo na Análise de Discurso, que desenvolveremos no próximo tópico.

2 | AS MÍDIAS EDUCACIONAIS E O DISCURSO

Iniciaremos, com o conceito de discurso, na perspectiva da Análise de Discurso, fundada por M. Pêcheux. Segundo Cavalcante (2009, p.25) e Bakhtin (2006, p.41), o discurso não é apenas: a palavra, a fala, o texto. “Todo discurso é uma resposta a outro discurso com quem dialoga”; visto que os discursos são construídos para atenderem/ responderem as necessidades sociais de seu locutor, produzindo e reproduzindo a historicidade e a ideologia presente nas relações humanas. Uma vez que estas palavras

além de dialogarem com outras palavras já existentes que, ao serem perpassadas por diversas outras palavras, são tecidas conexões ideológicas, que servirão de base para a perpetuação de todas as relações sociais.

A Análise do Discurso adota como conceitos centrais: o sujeito, a história e a ideologia. Sua finalidade consiste não só em explicar a estruturação do texto mas, de que forma sua articulação léxica irá produzir sentidos, auxiliando a entender de que forma estes sentidos vão significar o discurso.

E isso é aplicado a toda materialidade discursiva, inclusive aqueles veiculadas com o suporte das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), pois neste “novo cenário”, as maneiras de ensinar e aprender já apresentam novos contornos, novos processos educacionais e novos recursos (Harasim, 2005, p. 340), que serão moldados de acordo com as necessidades daqueles que oferecem as instruções.

Será isto que buscaremos mostrar nas próximas sessões.

2.1 ANÁLISE DO DISCURSO DE VERTENTE FRANCESA

O nascimento e desenvolvimento da Análise do Discurso da qual somos tributários, nasce na França, das décadas de sessenta e setenta do século passado (Orlandi, 1993). Na Europa de 1960, o momento político é marcado pelo que se denomina de “guerra fria”. Os Estados Unidos (EUA) defendendo um projeto de sociabilidade capitalista estavam de um lado, enquanto a União Soviética (URSS) defendendo um projeto de sociabilidade socialista encontrava-se diametralmente no lado oposto.

A Análise de Discurso fundada por Pêcheux está ligada à compreensão de como as filiações históricas no mundo, e em especial no continente europeu, estavam produzindo seus efeitos. O que se buscava estudar na época, não era qualquer tipo de discurso: mas aquele de cunho político, que é perpassado pelas questões de luta de classes, movimentos sociais e a história. Com isto, coloca-se em evidência questões ligadas a política e ao marxismo.

Pêcheux, então, propõe que o analista procure: o “real sentido do ato discursivo”, desvelando de que forma: sujeito, história e ideologia produzem sentido, pois o ser humano, em suas relações/ comunicações, pode “utilizar palavras que mudem de contexto quando utilizadas em diferentes ambientes/ situações, pois elas (as palavras) podem conter significados que se sobrepõem ao momento do “dito”, podendo ou não assumir outros contextos no decorrer da comunicação (Orlandi, 2005).

Nesse sentido, este discurso será efetivado pela história na qual se produziu, que se utilizou da linguagem para ser externado, onde a ideologia é o caminho de sua constituição/ materialização, que “possui o poder de (re) significar o já dito é instituir uma nova memória discursiva”, uma vez que não é concebível sua neutralidade ou pureza, pois não existe um novo (o discurso “inédito”). Todo discurso é constituído sob a base de outros já existentes, sendo atravessado por outros que já existiram ou que virão a ser externados.

Para que possamos adentrar em nosso objeto de análise, ou seja, de que modo à questão do gênero é externada nos curso de capacitação online, precisaremos desenvolver uma das categorias da Análise de Discurso, que será a Formação Discursiva.

2.2 FORMAÇÕES DISCURSIVAS

As Formações Discursivas possuem um entrelaçamento, um embricamento entre Ideologia, Formações Ideológicas e as Formações Discursivas.

O homem é um ser social, reagindo e interagindo nas práticas rotineiras do seu dia-a-dia. Ou seja, o ser humano “apoia-se na noção de homem como um ser que reage às demandas postas pela realidade objetiva, um ser que dá respostas a necessidades determinadas (Cavalcante, 2007, p. 40)”.

Nesse inter-relacionamento,

O homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los (Lukács, 1978, p. 5).

Diante das condições que lhe são postas, o indivíduo faz sim, escolhas, mediante as possibilidades que lhe surgem. Numa hipótese mais simples, podemos compreender que sempre diante das condições postas o indivíduo, sempre poderá optar por “sim” ou “não”, frente às diferentes formas específicas de ideologia que lhe são veladas.

Essas formas ideológicas específicas são denominadas de Formações Ideológicas (FI). Segundo Haroche (1971, p. 102, *apud* Cavalcante 2007, p. 42)

As formações ideológicas são, pois, expressão da estrutura ideológica de uma formação social que põem em jogo práticas associadas às relações e classe. Trata-se de realidades contraditórias, na medida em que em uma conjuntura dada, as relações antagônicas de classe possibilitam o confronto de posições políticas e ideológicas que não são atos individuais, mas que se organizam em formações conservando entre elas as relações antagônicas de aliança e de dominação.

É por esse motivo, que, numa dada formação ideológica, pode-se encontrar o confronto de ideias, posições, alianças ou, simplesmente, a subserviência de uma ideologia a outra dentro da FI, demonstrando uma sujeição/ dominação. É nessa perspectiva, que diferentes FI, mesmo que demonstrem antagonismo entre si, podem falar de questões como cidadania, patriotismo, segurança pública, atribuindo-lhes sentidos diferentes.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, (...) mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir, essa tese,

dizendo: as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referencia (...) as formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem (Pêcheux, 1995, p. 160).

Cada Formação Ideológica contém, como um de seus componentes, uma ou várias Formações Discursivas. Em relação ao conceito de Formação Discursiva, esse será extraído da Arqueologia do Saber, de Foucault, servindo-se dela a AD, para designar

Aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito. (...) Diremos que os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (Pêcheux, 1995, p. 160 - 161).

É por esse motivo que a Formação Discursiva constitui-se como uma matriz de sentidos, comum a um conjunto de discursos que vem a expressar a posição assumida pelos sujeitos falantes, determinando o que se pode dizer e o que não se pode dizer dentro de um enunciado.

Não devemos pensar que uma formação discursiva seja um dispositivo estrutural fechado e o discurso seja um bloco uniforme. São diversas formações discursivas, que atravessadas por diversas vozes vindas de outros locutores que movimentam as filiações de sentido, criam possibilidades de modificações recíprocas, com o fito de se auto manter ou de se auto romper.

Com tal reciprocidade de informações nas materialidades discursivas, os sujeitos enunciantes não são

Totalmente assujeitados às determinações sociais. Também rejeitamos a noção de sujeito livre, fonte de seu dizer. Defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de intervir, de provocar mudanças, uma vez que sendo a realidade social heterogênea e conflitiva, portanto descontínua, o processo de determinação nunca é linear, homogêneo, contínuo (Cavalcante, 2007, p. 47).

O discurso produz –se e reproduz – se na humanidade para atender uma demanda específica, a possibilidade de produção e reprodução da espécie, através de sua forma material, que é a linguagem.

Segundo Orlandi, (2005, p. 15).

A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso, observa-se o homem falando. (...) Procura-se (com isso), compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história.

Todo discurso dialoga com outros discursos que o antecederam e o preconizam, cooptando elementos já produzidos. Ou seja, é produzido a partir de outros discursos, com os quais concorda ou dos quais discorda de modo a repetir ou modificar sua tessitura. Isso se dá graças a um movimento de retomada de elementos já ditos que constituem uma memória discursiva.

Assim, é possível ressignificar o que já se disse, promovendo deslocamentos de forma que “se citem, se afirmem, se refutem”, possibilitando novos dizeres através do que já foi dito é que se denomina de interdiscurso. Segundo Orlandi (2005, p. 31).

O interdiscurso é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o (...) saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Outra categoria da AD é o intradiscurso definido por Orlandi (2005) como aquilo que o enunciador formula, num dado momento, ante a determinada conjuntura. seus e se significando, apresentando sempre novos sentidos ao que já fora dito. Isso é possível graças á memória discursiva. É ela que disponibiliza para o sujeito os elementos que comporão o seu discurso.

É a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores já enunciadas. É ela que permite, na rede de formulações que constitui o interdiscurso de uma FD, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes à FD historicamente contíguas. Não se trata, portanto, de uma memória psicológica, mas de uma memória que se supões o (seu) enunciado inscrito na história (Brandão, 2004, p. 76 - 77).

Até agora falamos de nossas opções teóricas, sempre dentro do dizível, quer dizer, sempre buscando refletir acerca do dito, do posto. Entretanto, é de bom alvitre refletirmos que o não-dito, o pressuposto, o silenciado, também produzem sentido.

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um modo de estar em silencio, que corresponde a um modo de estar em sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silencio. Há silencio nas palavras; 2. O estudo do “silenciamento” (que já não é mais silencio, mas “por em silencio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados, que nos faz entender uma dimensão do não-dito. (Orlandi, 1997, p. 11 - 12).

Ora, o silencio não é um vazio, um mero coadjuvante da linguagem, uma perspectiva a-histórica. O silêncio relaciona o discurso sempre a outros discursos, complementa-se através das formações discursivas que o sustentam e o atravessam, fazendo sempre significar.

Por isto, a opção do sujeito em significar pelo dito ou pelo não-dito levará em consideração no seio social, marcada pela historia e pela ideologia que perpassam o léxico enquanto agente de interação social.

E em relação às TIC's?

Podemos dizer, que com o surgimento e difusão das Tecnologias da Informação e Comunicação, a economia mundial x relações de mercado x relações pessoais, estão profundamente marcadas, por conta de uma nova era, chamada de “sociedade da informação”.

Se antes a informação era mitigada e demorada, demasiadamente onerosa, hoje, através da TIC's, temos acesso a uma vasta gama de informações. É neste cenário que a EAD (Educação A Distância) mostra-se como uma ferramenta capaz de proporcionar informação a qualquer local vencendo as barreiras geográficas e continentais de nosso país!

Não é segredo que no Brasil, possuímos um altíssimo grau de analfabetismo, baixa escolaridade e qualificação profissional. Nem todos estão perto dos grandes centros acadêmicos, ou possuem horários diários para frequentarem uma escola. Ou ainda, como atingir um público que está disponível num horário que não é ofertado pelas escolas tradicionais?

Com a EAD. Nele, as pessoas conectadas podem receber informações, pesquisar, produzir conhecimentos dentro de seu tempo e possibilidades, graças às “flexibilidades nos horários de acesso, ensino, aprendizagem e oferta de cursos”.

E o melhor: todo este processo correrá dentro de um AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas onde o aluno deve cumpri-las/ atingi-las, sendo mediado por um tutor, através de diversas ferramentas como: feedback, correio, fórum, chat, conferência ...,

Com tais mecanismos, poderemos “monitorar” os participantes e gerir não só as produções desenvolvidas, mas de que forma estão interagindo e que trilhas estão percorrendo com o fito de uma “melhor orientação” quando a seu processo de ensino aprendizagem.

É a partir desses pressupostos teóricos que pretendemos analisar a as significações em relação à questão de gênero e as representações sociais presentes no curso de Atuação Policial Frente aos Grupos Vulneráveis, atualizado em 10/02/2009, mais precisamente acerca dos conceitos do módulo III, que trata da comunidade LGBTTI.

3 | A REPRESENTAÇÃO DO GÊNERO NOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO ONLINE DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

No Brasil, o único segmento do Estado que está presente em qualquer local do município ou do distrito, é a polícia. Encarregada de defender e proteger a sociedade, a ela incumbe-se a espinhosa missão de tentar “promover a cidadania” às pessoas desassistidas e despossuídas, que a veem como a personificação do próprio estado, pois falta-lhes o básico.

Neste cenário, a questão relativa ao gênero merece um destaque especial. Cisne

(2012), nos mostra que com o advento da revolução industrial e de acordo com a estruturação social das relações pela sociedade patriarcal capitalista, monta-se uma divisão sexual de classes/ gênero, necessárias a uma construção que legitime uma “divisão sexual do trabalho”, apta a manter o abuso e segregação social, marca indelével do capital, a legitimação da exploração do homem pelo próprio homem.

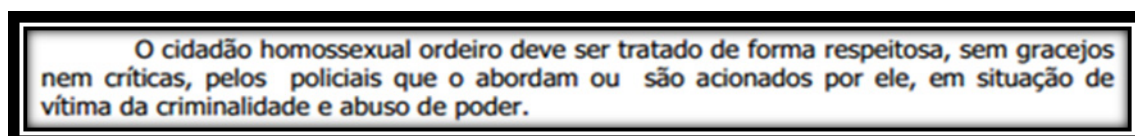
Com esta divisão sexual, inclui-se a questão da “comunidade LGBTTI” (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), visto que numa sociedade machista e conservadora, esta estereotopia socialmente construída, se transforma em mote de desigualdades, institucionalizando e banalizando os seus direitos (que deixam de serem reconhecidos ou legitimados).

O material didático propõe que, por meio de “instrução online”, os profissionais da segurança pública mudem sua forma de agir junto ao público LGBTTI, através de sentidos únicos que devem ser utilizados por todos os profissionais do país, em quaisquer situações.

Os sentidos mobilizados pela material didático, não são quaisquer sentidos. Emanam de seu “representante mor”, o chefe político da nação, visto que trata-se de um material “pedagógico oficial”. Coube a seu representante político secundário em nível federal, o ministro da justiça, que por meio de sua pasta vinculada (A SENASP/ MJ) brinda-nos com a possibilidade de, “finalmente,” termos um documento pedagógico que trate das questões de gênero, abrangendo uma infinidade de alunos. O referido documento irá contribuir com respostas a questões atinentes à formação dos profissionais da segurança pública.

Extraímos do referido documento, duas sequencias discursivas para análise. Por este norte, poderemos compreender de que forma as questões de “gênero” presente no material didático são postos aos profissionais da Segurança Pública. É a partir das Sequências Discursivas (SD) eleitas, que poderemos ter acesso ao discurso oficial, a fim de entender as soluções propostas às questões de “segurança pública” presentes em nosso País, incutindo em seus destinatários (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares) a ideia de que estes são diretamente responsáveis pelo “caos social” que hoje aflige o Brasil, pois é sua missão indelével –, o controle das pautas de conduta socialmente aceitáveis no projeto de sociabilidade burguês, alijando, por conseguinte, quaisquer possibilidades de práticas contra- hegemônicas de reflexão.

Vejamos a primeira sequencia discursiva.



O cidadão homossexual ordeiro deve ser tratado de forma respeitosa, sem gracejos nem críticas, pelos policiais que o abordam ou são acionados por ele, em situação de vítima da criminalidade e abuso de poder.

Figura 1 – Excerto do material didático.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009. Pag. 59.

Ora, para nós, isto é uma forma de produção de efeitos de sentido, que mandam claramente um recado: somente poderá ter direito o “homossexual ordeiro”. E quem não for? Silencia-se, aqui, todo e qualquer tipo de desigualdade, de uma sociedade pautada na exploração do homem pelo homem e que se sustenta pela exploração dos desiguais. Silencia-se também a obediência hierárquica a que está submetido todo agente de segurança, visto que se “garantiu um direito” a determinada classe.

A objetividade material da instancia ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma dada formação social, estrutura que não é senão a da contradição da reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, que tal discurso ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outros, sem que isto provoque embates, pelo fato de que, quem fala não sou eu ou você, mas o governo.

Gostaria de ilustrar com um exemplo.

Moradores de um condomínio de luxo aqui em Maceió, chamam a Polícia Militar para retirar vários “Homossexuais ordeiros” que se encontram as margens de um lago artificial num bairro nobre da capital, inclusive alguns destes “inquilinos”, dormem no local, provocando uma “poluição visual” ao moradores.

Depois de acionar o serviço assistencial da paróquia do bairro, a Secretaria Municipal de Assistência Social do Município, um lar de acolhimento que encontra-se próximo do local, além de um grupo religioso que dava auxílio médico aquelas pessoas, por não obter resultados – que seriam a retirada imediata de todos aqueles indivíduos que se amontoavam a mais de uma semana naquele local – , o síndico chama a polícia , sob o pretexto de que aquelas pessoas circulando por ali trazem riscos aos moradores.

Chegando no local, a polícia encontra seis “homossexuais ordeiros” preparando-se para ir trabalhar. Todos de carteira assinada, alegaram que por ganharem menos de um salário mínimo, não tinham condições de individualmente alugarem uma casa para saírem dali.

Todos mostraram seus documentos, exceto de um, que informou ter perdido todos durante uma inspeção da vigilância sanitária naquele local, e encontrava-se sozinho e teve seus documentos apreendidos. Será que neste exemplo, os “homossexuais ordeiros” por não terem condições de estar em outro lugar, são menos “cidadãos” que os proprietários de terreno da área nobre?

Assim, as classes abastadas não devem ser tratadas da mesma forma que as pessoas desprovidas de recursos. Entendemos ser pertinente, aqui, o que dizem Marx & Engels,(2006, p. 46).

A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de lutas em lugar das antigas.

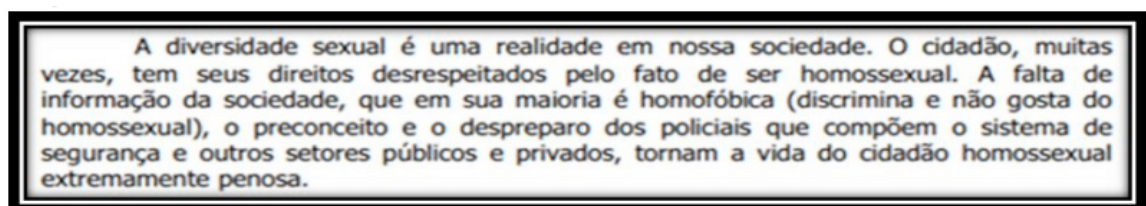
É nesse sentido que a palavra “*homossexual ordeiro*”, opaciza os conflitos inerentes à luta de classes e os antagonismos sociais que hoje se apresentam no Brasil. De um lado as elites historicamente postas no comando da máquina pública, servindo-se, não só dos AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado), mas principalmente dos agentes de segurança inscritos no interior dos ARE (Aparelhos Repressivos do Estado) para implementar seu projeto de sociabilidade. De outro, a sociedade civil organizada, buscando conquistar direitos e espaço na política.

É importante constatar a atualidade das reflexões de Marx & Engels (2005, p.32) quando assim se expressam,

A nossa época, [...], caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade inteira vai dividindo-se em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas entre si: burguesia e proletariado.

Com base no que fora exposto, é assente nas sequências discursivas a tentativa do governo de dissimular os conflitos de classe próprios do capitalismo, pois apesar de aparentemente “cristalino” em concepção, tais sequências discursivas do material didático mostra-se atravessada pela ideologia do capital, onde quem apresenta o material (o governo), advoga propósitos louváveis, mas que escondem seus “reais interesses”.

Na terceira sequência discursiva, podemos observar que o material didático irá reportar-se a nosso atual modelo de sociedade.



A diversidade sexual é uma realidade em nossa sociedade. O cidadão, muitas vezes, tem seus direitos desrespeitados pelo fato de ser homossexual. A falta de informação da sociedade, que em sua maioria é homofóbica (discrimina e não gosta do homossexual), o preconceito e o despreparo dos policiais que compõem o sistema de segurança e outros setores públicos e privados, tornam a vida do cidadão homossexual extremamente penosa.

Figura 2 – Excerto do material didático.

Fonte: Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis – Módulo 3. SENASP/MJ – última atualização em 10/02/2009. Pag. 59.

Um detalhe que podemos perceber, é o silogismo que o texto retrata acerca da “desinformação da sociedade” e o desrespeito aos homossexuais. Como se, apenas informando a sociedade, todo seu caráter conflituoso e exploratório pudesse ser alijado com “informação”.

Em uma sociedade estratificada por classes sociais, onde seu caráter conflituoso é observado em quaisquer locais (públicos ou privados), a manutenção de referenciais ideológicos que neguem ou alijem a tomada de consciência do indivíduo desse estado,

é nodal para manter a subserviência de quem está alienado, impedindo a tomada de consciência e, conseqüentemente, compreensão de mundo; pois todo processo discursivo é materialmente inscrito numa relação ideológica de classes. Isso ocorre porque,

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da [...] língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantém, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classe (PÊCHEUX, 1995, p. 93).

Será que existe mesmo, um interesse em “educar e conscientizar a população”? E, em relação aos policiais, como “educar, preparar e conscientizar”?

Nesse discurso oficial, em sua tessitura, milhares de fios ideológicos são juntados, para que, de forma quase imperceptível, a malha curricular governamental ganhe legitimação em detrimento de quaisquer outras, sem que isto provoque embates, pelo fato de que,

As pessoas falam para serem ouvidas, às vezes para serem respeitadas e também para exercerem uma influência no ambiente em que realizam seus atos [...] O poder da palavra é o poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante [...] Uma variedade linguística vale o que vale na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. (GNERRE, 1991, p. 05 - 06).

Ora, apesar do material didático trazer que a questão do gênero, em especial do homossexualismo, é normal em nossa sociedade, e que o profissional da segurança pública deve combater as discriminações sofridas por estes cidadãos, não é bem isso que acontece. Neste sentido:

O que quero dizer é que compreender a repressão à homossexualidade, principalmente sobre os homens [...] ou sobre as mulheres [...], é uma chave para a compreensão das principais questões do gênero. Como se constituem as desigualdades e hierarquias entre os sexos, como se constroem as identidades sexuais e como se conformam as categorias do masculino e do feminino ... (FILHO, 2005, p. 148).

Isso significa que a feição que a sociedade possui, os sentidos que esta palavra “gênero” apresenta, é um sentido de oposição, de antagonismo que deverá reprimir sua atração ao seu homônimo.

É por isso que historicamente o gênero é construído entre o masculino e o feminino desprezando-se, no Brasil, até 1988 (com a Constituição Federal de 1988), as relações de atração entre o mesmo sexo.

No decorrer da história, o discurso que legitima o gênero, é aquele ao qual pertencente ao grupo politicamente dominante, onde a legitimação de suas determinações, que concretizam-se nas palavras “frias” da lei ou dos matérias

instrucionais, serão aqueles que ditarão o padrão de aceitabilidade social e manutenção da ordem, dialogando e comunicando-se com outros discursos. Isso ocorre por que não só as relações de poder e dominação, mas a construção da própria tessitura da sociedade, é estabelecida por meio da palavra.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se antes a informação e as capacitações eram mitigadas e demoradas, demasiadamente caras, hoje através da TIC's temos acesso a uma vasta gama de informações, que nos fazem/ obrigam a possuir “outros olhares e outros interesses”, adequando-se as exigências atuais do mercado, tendo em vista que neste processo “todos ensinamos e aprendemos alguma coisa” (Moran, 2000) .

É neste cenário que a EAD mostra-se como uma ferramenta capaz de proporcionar a humanidade de uma forma mais geral, numa forma de inclusão social, desde que prepare o indivíduo para interagir com seu meio de forma crítica, madura e autônoma, tornando a sociedade mais humana.

Só que não foi isto que pudemos observar.

Nesses discursos, presentes no curso de Atuação policial Frente a Grupos Vulneráveis, através dos recortes, suas FD's estão sendo resinificadas, com o fito de se lhes atribuírem uma nova valoração que coadunem não só com os valores mais caros ao capitalismo, mas com o projeto de sociabilidade que a classe dominante deseja. A responsabilidade de mudança é deslocada totalmente de seu ator principal, que é o governo, sendo-lhe atribuída a um ator secundário, a força policial, que é mais visível e possível de ser encontrada pela sociedade. É mais fácil falar com um policial, ou com um chefe do executivo (municipal, estadual ou federal)?

O Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade [...] de um período, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e dele adquirem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade livre, destacada de sua base real (Marx & Engels, 2007, p. 98).

Essa base real será exercida pela classe que, politicamente dominante, possui condições reais de ter suas vontades traduzidas em um documento (leis) que coadunem com o projeto de sociabilidade que melhor lhe convier. Mas, como atingir uma gama tão grande de pessoas, pois , nem todos estão perto dos grandes centros acadêmicos, ou possuem horários diários para frequentarem um curso de formação. Ou ainda, como atingir um público que está disponível num horário que não é ofertado pelas formações tradicionais?

Através das práticas educacionais à distância, que cercearão o tempo livre do trabalhador da Segurança Pública.

Todo este processo correrá dentro de um AVA (ambiente virtual de aprendizagem), voltado ao fazer pedagógico, que terá metas onde o aluno deve cumpri-las/ atingi-las, sendo mediado por um tutor, através de *feedback*. Serão os *feedbacks* o instrumento utilizado pelo tutor para nortear o processo de construção do abstrato para o concreto do aluno, sendo indispensável para que ambos (discente e docente) trilhem o mesmo caminho e principalmente ao discente, para saber se está alcançando os objetivos dos módulos e do curso em si, pois “a meta principal consiste em maximizar o produto final” (Moore & Kearsley, 2010, p. 326).

O maior mérito da Análise do Discurso é ir além da relação estanque da língua, pensando-a não como algo pronto, algo acabado, mas como um lugar de construção e reconstrução, uma arena de significações.

Nessa arena, o discurso pedagógico é visto como a língua fazendo sentido, onde o ser que a profere (o ser humano) interage socialmente de modo a filiar-se, manter ou provocar rupturas nas relações sociais em que participa, ante o conteúdo ideológico no qual se insere, promovendo diante das práticas sociais que o interpelam no decorrer de sua vida social, externando sua posição frente aos antagonismos que uma sociedade estratificada em classes sociais díspares propõe.

Quem são esses policias? Quem informações são essas? Será que realmente tais conceitos estão trazendo benefícios? Será que este curso, poderá vencer todos os obstáculos que as questões de gênero e representações sociais culturalmente arraigados a mias de cinco séculos no Brasil apresentam? Seus atores principais, os policias, serão verdadeiramente capacitados? Ou estão sendo adestrados pra um fim maior?

Para Marx & Engels (2007), será a linguagem a forma de se obter o relacionamento entre os homens, na busca pela necessidade (incompleta) de intercâmbio entre os de sua espécie, sendo, portanto, um produto social.

Para nós, fica evidente que o sujeito enunciante fala do lugar nesta Formação Ideológica do capital. Suas palavras, convocam outros discursos para com ele dialogarem e conferir-lhes sua autenticidade. É isso que fica evidente quando se afirma que “para o homossexual ordeiro” será dispensado um tratamento. E para quem não se enquadrar neste estereótipo? Que reprimendas sofrerá?

É preciso que se vença esta lógica perniciosa de formar, pois somente assim teremos um quadro diferenciado, pois é ilógico uma solução dentro das bases do próprio sistema capitalista ou dentro de uma tentativa vã de reformulação do próprio sistema, que é irreformável.

Necessário, portanto, que o material instrucional, com o advento da nossa constituição de 1988, trate da questão de gênero como uma baliza de igualdade entre o masculino e o feminino, pois todos, independente da orientação sexual, precisam ter seus direitos mais básicos respeitados, como: direito a vida, liberdade, intimidade, declaração conjunta do imposto de renda e demais benefícios previdenciários, direitos sociais, direitos políticos, direitos trabalhistas (Praun, 2011).

A alternativa será uma mudança profunda no sistema político e econômico vigente, perpassando por uma mudança na própria estrutura da sociedade, dando oportunidade ao profissional da segurança pública de construir uma pedagogia contra hegemônica, de forma que se adquira uma tomada de consciência política, objetivando o aumento, melhoria e aquisição de direitos civis, políticos, sociais e culturais, combatendo a estrutura perniciosa que produz e reproduz o modo de produção capitalista calcado na exploração do “homem pelo homem”. Com isso, nasce a necessidade de agir e intervir na sociedade, de forma consciente e racional.

REFERENCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. Tradução de Michel Lahud “*et all*”. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. SP: UNICAMP, 2004.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: O simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. Situando a análise do discurso. In: FLORENCIO, Ana Maria Gama “*et all*”. **Análise do discurso: Fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.

CISNE, Míria. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, Ana Lúcia Passos de Oliveira & MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro. **Moodle no curso de ciências biológicas à distância: análise das contribuições no processo de ensino e aprendizagem**. In SOUZA, Robson Pequeno de “*et all*”. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a07.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HARASIM, Linda “*et all*”. **Redes de aprendizagem: um guia para ensino e aprendizagem on-line**. São Paulo: SENAC: 2005.

LUKÁCS, George. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. São Paulo: Revista temas de Ciências Humanas, 1978.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. In: ORLANDI, E. Puccinelli (org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. SP: UNICAMP, 2000.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico - filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

MOORE, Michael & KEARSLEY, Greg. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MORAN, José Manuel "*et al*". **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 17ª Edição. São Paulo: Papyrus, 2000.

ORLANDI, ENI P. (Org.). **Gestos de leitura da história no discurso**. Tradução de Bethânia S.C. Mariani. São Paulo: UNICAMP, 1993.

_____. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. 4ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi *et al*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi *et al*. 2ª Edição. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PETERS, Otto. **A educação à distância em transição: tendências e desafios**. 2ª Reimpressão. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PRAUN, Andrea Gonçalves. **Sexualidade, gênero e suas relações de poder**. Revista Húmus - ISSN: 2236-4358. Jan/Fev/Mar/Abr. 2011. N° 1. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1641/1302> Acesso em: 15 de out. de 2015.

Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação Policial Frente a Grupos Vulneráveis**. SENASP/MJ: Brasília/DF. 129 Páginas. Última atualização em 10 de fev. de 2009.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-090-2

